

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.7 - Nível de endividamento	8
3.8 - Obrigações	9

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	10
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	15
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	17
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	19
4.5 - Processos sigilosos relevantes	20
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	21
4.7 - Outras contingências relevantes	22
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	24
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	25
5.3 - Descrição dos controles internos	26
5.4 - Programa de Integridade	27

Índice

5.5 - Alterações significativas	28
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	29
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	30
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	31
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	32
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	33
10.2 - Resultado operacional e financeiro	39
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	41
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	45
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	46
10.8 - Plano de Negócios	47
10.9 - Outros fatores com influência relevante	49
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	50
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	51
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	52
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	53
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	54
12.7/8 - Composição dos comitês	56
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	57
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	58
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	59

Índice

12.12 - Outras informações relevantes	60
---------------------------------------	----

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	61
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	64
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	68
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	69
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	70
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	71
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	72
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	73
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	74
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	75
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	76
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	77
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	78
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	79
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	80
13.16 - Outras informações relevantes	81

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	82
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	83
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	84
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	85
14.5 - Outras informações relevantes	86

Índice

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária	87
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	91
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	92
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	93
15.7 - Principais operações societárias	94
15.8 - Outras informações relevantes	95

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	96
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	97
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	98
16.4 - Outras informações relevantes	99

17. Capital social

17.2 - Aumentos do capital social	100
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	101
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	102
17.5 - Outras informações relevantes	103

18. Valores mobiliários

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	104
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	105
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	106
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	107
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	108
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	109
18.8 - Títulos emitidos no exterior	110

Índice

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	111
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	112
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	113
18.12 - Outras informações relevantes	114
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	115
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	116
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	117
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	118
20.2 - Outras informações relevantes	119
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	120
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	121
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	122
21.4 - Outras informações relevantes	123

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Márcia Hermann

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

André Luís Wetzel da Silva

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1. Eu, André Luís Wetzel da Silva, Diretor Presidente da Wetzel S.A. Em Recuperação Judicial, declaro que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Wetzel e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2. Eu, Márcia Hermann, Diretora Executiva de Relações com Investidores da Wetzel S.A Em Recuperação Judicial, declaro que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Wetzel e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

As declarações do Diretor Presidente e da Diretora de Relações com Investidores foram contempladas nos itens 1.1 e 1.2.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	1210-6		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Sappia Auditores e Consultores		
CPF/CNPJ	19.204.243/0001-70		
Período de prestação de serviço	07/04/2016		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras e revisões das Informações Trimestrais		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social de 2017, correspondeu ao montante de R\$133.900,00 referente aos serviços de auditoria externa.		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Douglas do Rosário	07/04/2016	948.583.309-15	Rua Fortaleza, 76, Cj 1D, Saguaiçu, Joinville, SC, Brasil, CEP 89221-650, Telefone (47) 30343010, Fax (47) 30343010, e-mail: douglas@sappia.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)

Exercício social (31/12/2017)

Exercício social (31/12/2016)

Exercício social (31/12/2015)

3.7 - Nível de endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

3.8 - Obrigações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 Fatores de risco que possa influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados

a) ao emissor

O principal risco em relação à Companhia refere-se a seus prejuízos acumulados e patrimônio líquido negativo, agravados nos últimos anos pelas crises econômicas que atingiram o País.

Por sua vez, a Wetzel se encontra em Recuperação Judicial “RJ”, cujo pedido foi ajuizado em 03/02/2016 e deferido em 11/02/2016, tramitando o processo sob nº 0301750-45.2016.8.24.0038 perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville/SC, sendo que o Plano de Recuperação Judicial Modificativo foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017 e homologado pelo Juízo em 19/07/2017.

Diante deste cenário, plenamente compreensível que as dificuldades financeiras prejudicassem o pagamento pontual de alguns tributos. Assim, em razão da inadimplência de tributos e contribuições previdenciárias (patronal) que estavam expressamente perfilhados no Programa de Recuperação Fiscal “REFIS”, aderido em 28/02/2000 e cujas parcelas vinham sendo pagas rigorosamente em dia, em 29 de setembro de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n. 43, de 28 de setembro de 2017, por meio da qual o Delegado da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC, decidiu excluir a Companhia do *Programa de Recuperação Fiscal – REFIS*, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2017. Por conseguinte, conforme nota explicativa 20 – Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, parte integrante das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2017, a Companhia reconheceu a dívida correspondente ao valor rescindido constante no extrato da conta REFIS no montante de R\$ 85.650.879,50.

Em 31/12/2017 os prejuízos acumulados representaram o montante de R\$ 204.375 mil e um Patrimônio Líquido Negativo no valor de R\$ 138.377 mil.

O patrimônio líquido negativo aliado à Recuperação Judicial podem gerar consequências significativas, incluindo: (1) restrição à sua capacidade de obter financiamento para capital de giro e investimentos, parcelamentos, empréstimos e repactuação de dívidas, (2) limitação do fluxo de caixa pelo receio de fornecedores e parceiros com créditos na RJ, assim, (3) limitação à sua flexibilidade de planejar ou reagir a mudanças nos negócios e setores que opera; (4) desvantagem competitiva em relação a seus concorrentes cujo nível de endividamento seja inferior.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disto, os efeitos de instabilidade do mercado de trabalho, bem como as regulamentações trabalhistas podem impactar no desenvolvimento das atividades da Companhia. Exemplificando, a Companhia é dependente de mão de obra, sujeita a riscos decorrentes da ocorrência de acidentes de trabalho e/ou doenças laborais dos empregados, pelos quais pode ser responsabilizada, bem como, os efeitos da instabilidade, entre outros, podem gerar greves e paralisações, além provocar alterações nas condições de acordos e convenções coletivas de trabalho. A ocorrência destas situações pode causar impacto adverso em seus resultados.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

O acionista controlador possui 97,23% das ações do capital votante e pode exercer a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração e controlar a administração e as políticas da Companhia.

Buscando as boas práticas de Governança Corporativa, e em cumprimento da Lei 6.404/76, o Conselho de Administração possui membros que representam os interesses dos acionistas minoritários.

Não há atividades ou negócios paralelos por parte do acionista controlador que possam comprometer ou gerar conflitos com os interesses da Companhia.

c) a seus acionistas

O atual cenário indica que os detentores das ações de emissão da Companhia não devem receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar dividendos aos seus acionistas no valor de, pelo menos, 25% do seu lucro líquido anual, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme determinado e ajustado.

Nosso Estatuto prevê que o lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, podendo ser reduzido ou não disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Ainda, a relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião desejados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

d) a suas controladas e coligadas

A Companhia deliberou, em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações da Wetzel Univolt Indústria de Plástico Ltda., assim acredita que não há fatores de risco em relação a sua controlada.

e) a seus fornecedores

As matérias primas (principalmente o alumínio, a sucata de ferro e o plástico) são obtidas de diversos fornecedores. A aquisição de tais matérias depende de uma série de fatores, destacando-se o preço, o prazo de entrega, a qualidade e os custos de transporte. Como as principais matérias primas são commodities internacionais, um aumento do preço no mercado internacional poderá ter um efeito adverso para os negócios da Companhia.

Além disto, a Companhia não pode garantir um abastecimento contínuo e adequado de matérias primas, assim, um aumento inesperado na demanda de seus produtos pode acarretar carência de matérias primas e a Wetzel pode não conseguir atender os pedidos de seus clientes impedindo o cumprimento do programa de produção, ocasionando um impacto significativo no desenvolvimento de suas operações e nos seus resultados e consequentemente prejudicando sua relação comercial com seus clientes.

A energia elétrica e o gás também são componentes significativos para Companhia, de modo que qualquer racionamento ou aumento nos preços poderá afetá-la de maneira adversa.

f) a seus clientes

Os clientes das Unidades Alumínio e Ferro são em sua maioria montadoras e sistemistas do setor automotivo com grande expressão mundial. Quanto aos clientes da Unidade Eletrotécnica, são instaladoras, distribuidoras de material elétrico, revendedoras e construtoras, que em sua maioria são empresas de pequeno porte. Historicamente os índices de inadimplência são irrelevantes.

Assim, o negócio da Companhia encontra-se sujeito ao risco de reclamações relacionadas a danos causados por produtos, reclamações pelo descumprimento de garantias ou retiradas massivas de produtos. A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro de responsabilidade civil cubram estas reclamações ou que sejam suficientes para cobrir todas as reclamações. Portanto, qualquer reclamação fora do âmbito da cobertura das apólices de seguro pode ter um impacto significativo em sua situação financeira.

O fato da Wetzel ter homologado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial somente no final de julho de 2017 fez com que não fosse habilitada pelas montadoras globais para fornecimento nos volumes de exportações. Sendo assim, até o trânsito em julgado da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Recuperação Judicial, as unidades de negócio automotivo podem apresentar queda no faturamento.

g) aos setores de atuação

A Companhia enfrenta forte competição de concorrentes locais e internacionais em todos os setores que atua. Sua participação no mercado poderá ser reduzida caso não consiga se manter competitiva, principalmente em relação a preços.

A indústria e os mercados que a Wetzel atende estão sujeitos a variações decorrentes de fatores que estão fora de seu controle, incluindo os relacionados às condições da economia brasileira e mundial, preços de matérias primas e parte de produção da indústria automobilística. A ocorrência de retração no futuro poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais.

h) a regulação do setor de atuação

A Companhia e outras empresas da indústria de fundição estão sujeitas à legislação ambiental brasileira, federal, estadual e municipal, relativa à saúde humana, ao manejo e descarte de resíduos sólidos e perigosos e às descargas de poluentes na atmosfera e na água. Os produtores da indústria de fundição também ficam por vezes sujeitos a percepções desfavoráveis do mercado no tocante ao impacto ambiental de seu negócio, o que pode ter um efeito adverso sobre a Companhia. Caso a legislação ambiental se torne mais rigorosa no Brasil, o valor dos futuros investimentos necessários à observância de referida legislação pode aumentar substancialmente e o cronograma de tais investimentos pode ser alterado, podendo reduzir a disponibilidade de nossos recursos para outros investimentos e outras finalidades.

Somado a isto, a economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal em relação às políticas monetárias, de crédito, fiscais e outras, sendo que a Wetzel não possui controle sobre tais medidas e não pode prever quais ações o Governo Federal poderá adotar no futuro.

A Wetzel é uma companhia aberta sujeita às regulações da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão e nos últimos anos foram estabelecidas uma série de obrigações adicionais para as companhias da categoria A no que diz respeito a governança corporativa, tais como adoção do voto à distância, Informe de Governança, entre outros, o que pode impactar diretamente nos custos de manutenção da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

i) aos países estrangeiros

A relação direta da Companhia com países estrangeiros é baixa, está basicamente nas exportações de eletroferragens que representam 4,6% das vendas totais. Porém, nossos clientes do setor automotivo são globalizados e podem ser afetados negativamente pelas oscilações nas economias, instabilidade política e ações governamentais locais, que indiretamente poderão influenciar de forma negativa nossos negócios.

j) a questões socioambientais

Em 2017 a Wetzel permaneceu certificada nas normas internacionais de gestão ambiental ISO 14001 e as suas Unidades de Negócios receberam o certificado de energia renovável por terem deixado de emitir gases de efeito estufa por intermédio da compra de energia renovável no Ambiente de Contratação Livre.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Conforme nota explicativa 4 “Gerenciamento de Risco dos Instrumentos Financeiros” parte integrante das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2017, a Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

. Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

. Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

. Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ (1.391) e EUR (488), cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial”.

. Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio:

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de alta do Dólar:	Consolidado		
	31/12/2017	Com ajuste de 25% no câmbio	Com ajuste de 50% no câmbio
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	552	690	828
Passivos			
Dívida Bancária	5.155	6.443	7.732
Exposição Líquida - R\$ Mil	(4.603)	(5.753)	(6.904)
Exposição Líquida - US\$ Mil	(1.391)	(1.391)	(1.391)
Taxa Dólar	3,3080	4,1350	4,9620

Risco de alta do Euro:	Consolidado		
	31/12/2017	Com ajuste de 25% no câmbio	Com ajuste de 50% no câmbio
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil
Ativos			
Clientes no Mercado Externo	6	8	9
Passivos			
Dívida Bancária	1.945	2.431	2.917
Exposição Líquida - R\$ Mil	(1.939)	(2.423)	(2.908)
Exposição Líquida - EUR\$ Mil	(488)	(488)	(488)
Taxa EURO	3,9693	4,9616	5,9540

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instruções nºs 475/08 e 550/08.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas

A Companhia está sujeita a processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal, trabalhista e ambiental, decorrentes do curso normal das suas operações, sendo aqueles: (i) que não estão sob sigilo; e (ii) que são relevantes para os negócios da Companhia discriminados abaixo:

I) Tributário

Tributário	
a. Juízo	Vara Federal de Execuções Fiscais e Juizado Especial Federal Cível
b. Instância	2ª Instância - Justiça Federal da 4ª Região
c. Data de instauração	26/01/2010
d. Partes do processo	Autor: União - Fazenda Nacional Réu: Wetzel S/A
e. Valores bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R\$ 41.265 mil em 31/12/2010.
f. principais fatos	A ação tem por objeto a cobrança de valores de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual decisão desfavorável poderá gerar prejuízo financeiro à companhia, face aos valores em discussão.
4.3.1 Valor Provisionado	R\$ 34.171 mil

II) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era parte passiva em 131 ações trabalhistas, sendo que a maioria dos processos se refere a pedidos de adicional extraordinário em virtude de intervalos intrajornada e interjornadas, adicionais de insalubridade e periculosidade, acidente de trabalho e verbas rescisórias, onde os valores envolvidos individualmente não são significativos, não havendo, portanto, nenhum processo trabalhista relevante.

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Conforme nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017, com base em informações dos assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, a Companhia constituiu provisão para aquelas contingências que apresentam perdas avaliadas como prováveis:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.303	34.102	35.405
Depósitos Judiciais Relacionados	636	-	636
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2016	667	34.102	34.769
Constituição de provisões	1.090	1.322	2.412
Provisões utilizadas	(1.093)	-	(1.093)
Em 31 de dezembro de 2017	1.300	35.424	36.724
Depósitos Judiciais Relacionados	630	-	630
Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2017	670	35.424	36.094

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas aos impostos federais (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

Contingências Tributárias	31/12/2017	31/12/2016
Processos RFB	1.253	1.203
Processos PGFN	34.171	32.899
Total	35.424	34.102

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de seus controladores

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios.

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados nos item 4.3 acima.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Não há outras informações ou contingências relevantes em relação ao presente item 4 que não tenham sido divulgadas pela Companhia nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem.

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que a Companhia é emissor nacional, com sede no Brasil e seus valores mobiliários são custodiados neste país.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5.3 - Descrição dos controles internos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5.4 - Programa de Integridade

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5.5 - Alterações significativas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O ano de 2017 mostrou forte crescimento no setor automotivo, mas com forte concentração nas exportações. Com as frequentes suspensões das assembleias gerais de credores, o Plano de Recuperação Judicial da Wetzel só teve a homologação de sua aprovação no final de julho. Por essa razão a Wetzel não conseguiu aproveitar a onda de exportações que ocorreu nos segmentos de veículos, pois seus principais clientes temiam pela fragilidade jurídica da Wetzel antes da aprovação do plano.

Diante desse quadro desfavorável, o nível de faturamento da Wetzel apresentou-se estável em relação ao período exatamente anterior, 2016.

Para 2018 a empresa projeta crescimento significativo em todas as unidades de negócios, geração de lucro e caixa operacional.

Recuperação Judicial

Em 03 de fevereiro de 2016 a empresa ajuizou pedido de Recuperação Judicial.

Em 11 de fevereiro de 2016 o pedido foi deferido pelo juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, fato este publicado em 02/03/2016 no Diário de Justiça Eletrônico (DJe).

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado e também publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) em 15/06/2016.

A AGC – Assembléia Geral de Credores, convocada para 18/10/2016 não foi instalada por insuficiência de quórum qualificado; a AGC convocada para 22/11/2016 foi instalada com quórum simples, mas teve pedido de suspensão pelo Credor Banco do Brasil.

Também foram suspensas a pedido de credores as AGC(s) datadas de 23/02/2017 e 25/04/2017, ambas em continuidade à AGC instalada em 22/11/2016.

Em 13/06/2017 foi efetuada a continuação da Assembleia Geral de Credores, realizou-se a votação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo na forma da lei, os ausentes tiveram os votos computados com abstenção e por consequência foram retirados da base de cálculo da votação e os presentes tiveram seus votos registrados por meio eletrônico. Na votação obteve-se aprovação do plano por 100% da classe trabalhista, 100% da classe de credores de garantia real, 59,52% dos credores quirográfiros e 91,66% da classe de microempresas ou empresas de pequeno porte.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Sendo assim, sem oposição dos presentes foi proclamado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo, na forma do art. 42 da Lei 11.101/2005.

O Plano de Recuperação Judicial Modificativo, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (SC), foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2635, págs. 943 - 946 em 28/07/2017.

A decisão homologatória apresentou ressalvas quanto a pontos específicos constantes no Plano de Recuperação Judicial e foi objeto de agravos de instrumento interpostos pela Wetzol e por dois credores quirografários (Banco do Brasil e Banco Santander), todos pendentes de decisão judicial em segunda instância.

Independente dos recursos, o Plano de Recuperação Judicial, naquilo que não foi afetado pelas pendências citadas, está sendo cumprido e, especificamente, já estão sendo pagos, antecipadamente, os créditos habilitados na Classe I (trabalhistas), Classe IIIA (quirografários até R\$ 5.000,00) e Classe IVA (microempresas e empresas de pequeno porte até R\$ 5.000,00).

b) Estrutura de capital

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Desde a data de ajuizamento do pedido de recuperação judicial, datado de 03 de Fevereiro de 2016, a empresa vem honrando seus compromissos financeiros sem a captação de novos empréstimos bancários, fazendo-se valer apenas do desconto de duplicatas junto a FIDC(s) e descontos sacados diretamente nos bancos dos clientes como forma de adequar o descompasso do fluxo de caixa entre recebimentos e pagamentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Além do desconto de duplicatas, a empresa negociou prazos de pagamento com vários fornecedores e clientes para financiar seu capital de giro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia não vem investindo em ativos permanentes, mas sim na manutenção dos equipamentos existentes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Finame		Taxas Pré fixadas de 2,5%aa até taxas pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	4.319	3.801	4.319	3.801
BRDE/BADESC		IGP-m + 6,5% aa	Imóveis / Aval	3.548	3.548	3.548	3.548
Capital de Giro - Pré-Pagto		Libor + 3,30%aa	Aval	3.009	3.009	3.009	3.009
Capital de Giro		Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	Duplicatas	13.740	9.706	13.740	9.706
Leasing		1,23% a 1,49% am	Alienação Fiduciária / Aval	-	171	-	171
Prodec I		50% IGPm + 4% aa	Aval	17.960	14.934	17.960	14.934
Prodec II		Varição da UFIR + 1% aa	Aval	5.124	5.124	5.124	5.124
Financ. Direto com Fornec.		-	-	3.711	8.580	3.711	8.580
ACC		VC + 4,10% aa	-	2.146	2.146	2.146	2.146
Duplicatas Descontadas		1,98%am	Duplicatas	1.844	803	1.844	803
Conta Garantida		1,95%am	Aval / Duplicatas	-	1.041	-	1.041
Leasing		VC + 6,483%aa	Alienação Fiduciária	-	-	1.945	1.945
Total do Circulante				55.401	52.863	57.346	54.808

Não Circulante	Modalidade	Taxa Média	Garantia	Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Finame		Taxas Pré fixadas de 2,5% aa até Taxas Pós fixadas de 7% aa	Alienação Fiduciária/Duplicatas	3.406	5.908	3.406	5.908
Capital de Giro		Taxa Pré-fixada de 0,96 a 1,497%am	Duplicatas	608	2.824	608	2.824
Prodec I		50% IGPm + 4% aa	Aval	5.895	8.974	5.895	8.974
Financ. Direto com Fornec.		-	-	4.291	3.828	4.291	3.828
Total do Não Circulante				14.200	21.534	14.200	21.534

Total de Empréstimos e Financiamentos **69.601** **74.397** **71.546** **76.342**

Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Em até 6 meses	55.040	46.721	56.985	48.666
De 6 meses a 1 ano	4.637	6.141	4.637	6.142
De 1 a 2 anos	4.920	8.791	4.920	8.790
De 3 a 5 anos	4.481	11.400	4.481	11.400
Acima de 5 anos	523	1.344	523	1.344
Total de Empréstimos e Financiamentos	69.601	74.397	71.546	76.342

Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reais - R\$	64.446	69.242	64.446	69.242
Dólar Norte-Americano - US\$	5.155	5.155	5.155	5.155
Euro - EUR	-	-	1.945	1.945
Total de Empréstimos e Financiamentos	69.601	74.397	71.546	76.342

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxas Pré-Fixadas	30.259	34.631	30.259	34.631
Taxas-Pós Fixadas	39.342	39.766	41.287	41.711
Total de Empréstimos e Financiamentos	69.601	74.397	71.546	76.342

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	74.397	76.151	76.342	78.719
Captação de Empréstimos e Financiamentos	12.352	6.321	12.352	6.321
Transferências Partes Relacionadas	-	1.925	-	1.925
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(16.983)	(10.194)	(16.983)	(10.726)
Transferências Partes Relacionadas	-	(94)	-	(94)
Juros sobre Empréstimos Pagos	(396)	(629)	(396)	(629)
Juros sobre Empréstimos	231	917	231	826
Saldo Final	69.601	74.397	71.546	76.342

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima. Com exceção do item “Duplicatas Descontadas” os demais valores referem-se a dívidas assumidas antes do pedido de recuperação judicial.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Nos contratos de financiamento em vigor, não existem cláusulas e condições significativas que possam causar restrições e/ou limitações na gestão da Companhia.

g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Todos os limites de utilização dos financiamentos contratados já foram utilizados em sua plenitude. Após o pedido de recuperação judicial nenhuma instituição financeira abriu novos limites de crédito para a Companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

I. A Receita Operacional Líquida consolidada totalizou R\$ 121,6 milhões, mostrando-se alinhada em relação ao ano anterior (R\$ 121,6 milhões). O mercado automotivo cresceu basicamente em exportações, onde o adiamento da aprovação do Plano de Recuperação Judicial inviabilizou a empresa em atuar nesse nicho de mercado.

II. O Custo dos produtos vendidos foi de 94,4% sobre a receita líquida, contra 91,3% obtido em 2016, representando um aumento de 3,1 pontos percentuais. A estagnação nas vendas impossibilitou qualquer tentativa de repasse de custos aos preços no ano de 2017.

III. O resultado da atividade foi de R\$ 18,3 milhões negativos, uma piora de R\$ 5,1 milhões em relação a 2016, quando atingiu o valor de R\$ 13,2 milhões negativo.

IV. O resultado operacional antes do resultado financeiro foi de R\$ 15,9 milhões negativos, uma redução de R\$ 17,1 milhões em relação a 2016 quando atingiu o valor

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de R\$ 1,2 milhões positivo. Contudo, se expurgado o efeito de reavaliação de propriedades para investimento, ocorrida no ano de 2016 no montante de R\$ 12,1 milhões, essa diferença cai para R\$ 5,0 milhões.

V. No resultado líquido do exercício consolidado foi apurado lucro de R\$ 6,4 milhões. No exercício de 2016 foi apurado R\$ 21,1 milhões de prejuízo. Isso se deve aos efeitos da adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária, que teve efeito positivo de R\$ 37,8 milhões no resultado de 2017. Expurgando-se esse efeito, o resultado de 2017 seria de R\$ 31,4 milhões de prejuízo. Da mesma forma, expurgando-se o resultado da reavaliação das propriedades para investimento no ano de 2016, no montante de R\$ 12,1 milhões, o resultado ajustado de 2016 seria de R\$ 33,2 milhões. Portanto, comparando-se os resultados líquidos ajustados entre os dois períodos, a variação seria de R\$ 1,8 milhões favorável em 2017 em relação a 2016.

VI. A geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA, a geração de caixa operacional atingiu R\$ 13,2 milhões negativos, representando -10,9% da receita operacional líquida do ano de 2017.

VII. No Ativo Circulante destaca-se: a redução de R\$ 2,0 milhões no saldo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa devido ao pagamento do valor mínimo (5%) do total do montante de impostos que foram aderidos ao PERT, no total de R\$ 39,7 milhões. Portanto, com R\$ 2 milhões (5%) foram quitados passivos tributários de R\$ 39,7 milhões (100%).

VIII. No Ativo Não-Circulante destaca-se a redução do imobilizado no valor de R\$ 6,4 milhões (depreciação e alienação de bem para pagamento de dívida RJ) e a redução de R\$ 6,4 milhões em Créditos Eletrobrás (também utilizado para pagamento dívidas da RJ), além da redução de Impostos Diferidos em R\$ 3,9 milhões.

IX. No Passivo Circulante houve uma reclassificação de dívidas de Longo Prazo para Curto Prazo no montante de R\$ 2,0 milhões e aumento de R\$ 1,1 milhões em Empréstimos e Financiamentos (aumento de descontos de duplicatas e/ou descontos sacados) redução na conta de Encargos Energia Elétrica de R\$ 3,0 milhões e redução de R\$ 23,2 milhões de Obrigações tributárias e Obrigações sociais, esses últimos, quitados com a adesão ao PERT.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

X. No Passivo Não-Circulante destaca-se a reclassificação de R\$ 2,0 milhões para Passivo Circulante, aumento de R\$ 1,1 milhões em tributos diferidos.

As variações ocorridas nas demais contas permaneceram dentro dos limites da normalidade.

As variações ocorridas nas demais contas permaneceram dentro dos limites da normalidade.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários sobre:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Nas Unidades Ferro e Alumínio a Companhia possui parcela relevante de sua receita voltada para o segmento automotivo, em especial, para a linha de caminhões, e na Unidade Eletrotécnica são produzidos e comercializados produtos fundidos em alumínio e PVC voltados para aplicação em instalações elétricas industriais, os quais são vendidos para grandes distribuidores de materiais elétricos e instaladores em obras de engenharia.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Afetaram significativamente os resultados da Companhia:

O aumento de custos sem aumento das receitas – tivemos aumentos de custos conforme contratos de fornecimento, de serviços e acordos coletivos, sem ter o respectivo crescimento no nível das vendas (receitas), já causando um impacto direto do Lucro Bruto. Esse descompasso entre Receita e Custo não pode ser absorvido pelas Despesas Operacionais, causando impacto direto no resultado da atividade.

O fator que mais contribuiu para a estagnação nas vendas foi a demora na aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, que só foi aprovado em Assembléia Geral de Credores no dia 13/06/2017 e homologado em juízo no dia 28/07/2017. Segundo informações dos principais clientes, a “insegurança jurídica” na continuidade dos negócios da Companhia levou-os a buscar uma segunda fonte de fornecimento como importações de produtos.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A empresa não tem por regra a contratação de hedging cambial ou derivativos financeiros, haja vista o baixo volume de exportações: apenas 9,5% do faturamento total apenas da Unidade de Negócios da Ferro, a qual está concentrada em itens de eletro-ferragens. Para produtos do mercado de autopeças existe a regra de repasse trimestral do aumento de matéria-prima, que é balisado pela L.M.E. – Bolsa de Metais de Londres e pela taxa R\$/ USD. Para a Mão de Obra aplicada, o repasse é anual, baseado no acordo coletivo da categoria. Nos demais componentes dos custos a negociação é feita caso a caso pelo Departamento Comercial com base no índice geral

10.2 - Resultado operacional e financeiro

de preços – IGP-m. No ano de 2017 o Departamento Comercial fez várias negociações com clientes visando a recomposição de margens de produtos.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Durante o ano de 2017 houve grande volatilidade na taxa cambial e na LME – London Metal Exchange, ambos componentes da formação do custo de aquisição da matéria prima da unidade Alumínio. Esses impactos já foram calculados e a área comercial já vem negociando com os clientes para repasse nos preços de venda de 2018.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional:

No ano de 2017 não houve qualquer aquisição ou alienação de Unidades Produtivas Individuais – U.P.I.(s). Entretanto essa possibilidade não está descartada, caso venha a impactar positivamente na viabilidade econômica da empresa.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

No ano de 2017 não houve qualquer movimentação no sentido de busca por parceiros estratégicos. Contudo, da mesma forma que o item anterior, essa situação poderá vir a ocorrer caso isso traga a viabilidade econômica para a Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais:

No ano de 2017, não tivemos nenhuma operação alheia aos objetivos normais do negócio da empresa.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Comentários sobre:

I - Mudanças significativas nas práticas contábeis:

a. Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com a legislação brasileira vigente.

b. Demonstrações Financeiras Consolidadas:

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe parcela de “lucro não realizado nos estoques” entre Controladora e Consolidado, não há diferenças no patrimônio líquido nem no resultado apurados entre Controladora e Consolidado. Portanto, a Companhia optou por apresentar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

II - Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Nada a destacar.

III - Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

A Auditoria Externa emitiu o relatório com ressalva informando que “*Conforme exposto na nota explicativa nº 20 dada a exclusão do REFIS I em 01 de outubro de 2017 não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os débitos a serem recalculados, sobre a mudança do indicador TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para Selic – (Sistema*

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Especial de Liquidação e Custódia) imposta por lei e como também pelas incertezas dos débitos analíticos e não consolidados pelos órgãos federais”.

Adicionalmente foram colocadas três ênfases. A ênfase nº 1 trata-se da recuperação judicial da Wetzel que já foi mencionado na nota explicativa nº 34. A ênfase nº 2 apresenta que de acordo com as demonstrações financeiras, a companhia encerrou o 4º trimestre de 2017 com um Passivo a Descoberto de R\$ 136.980 – controlada e R\$ 138.377 – consolidado. A ênfase nº 3 trata da descontinuidade das operações da controlada “Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda”, onde a base de preparação das demonstrações financeiras partiu do pressuposto de liquidação de ativos e passivos da mesma.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Nada a destacar.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre quais a companhia mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

- b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Contingências trabalhistas adicionais que não exigem constituição de provisão, conforme normas legais.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2017.

b) natureza e o propósito da operação

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2017.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2017.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Previsão de aquisições de centros de usinagem e máquina de baixa pressão para atender às demandas dos novos produtos nomeados de clientes, os quais somados deverão atingir o montante de R\$ 5 milhões no ano de 2018.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

Necessidades de investimentos em 2018 deverão ser realizados com recursos próprios provenientes da geração de caixa das operações. Descompassos no Fluxo de Caixa deverão ser cobertos com descontos de títulos a vencer (desconto de duplicatas e antecipação de sacados), além de arrendamento mercantil de equipamentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Para restaurar a saúde financeira da companhia existe a possibilidade de alienação parcial ou total de uma ou mais unidades de negócio – UPI (s) – Unidades Produtivas Individuais, bem como a alienação de propriedades para investimento como forma de pagamento de dívidas sujeitas à Recuperação Judicial.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Nada a declarar.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

Nada a declarar.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços:

Nada a declarar.

10.8 - Plano de Negócios

iii: projetos em desenvolvimento já divulgados

A Unidade de Negócios Eletrotécnica iniciará em 2018 a comercialização da luminária industrial “high bay” que foi desenvolvida durante o ano de 2017. Além disso, vem intensificando a comercialização de outros itens com aplicações em LED, como projetores e linha EXD (à prova de explosão).

iv: montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços:

Devido a imaterialidade dos custos com desenvolvimento desses produtos, não foram contabilizados em conta específica de P&D (pesquisa e desenvolvimento).

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Em 2017 foi lançado o programa SWP – Sistema Wetzel de Produção, sistema que comportará todos os programas de controles e melhorias de processo das fábricas tais como: Kaizen, O.E.E. e células-padrão de produção.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Márcia Hermann	08/12/1958	Pertence apenas à Diretoria	27/04/2017	3 anos	5
382.238.059-87	Advogada	12 - Diretor de Relações com Investidores	27/04/2017	Sim	0.00%
Diretora Legal e de Recursos Humanos					
Susanna Bender	15/08/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	3 anos	0
304.529.539-87	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017	Sim	100.00%
Eloi Jensen	22/11/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2017	3 anos	0
294.082.539-49	Bacharel em Direito	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2017	Não	100.00%
André Luís Wetzel da Silva	09/12/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2017	3 anos	5
421.788.439-72	Advogado e Industrial	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	27/04/2017	Sim	100.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Márcia Hermann - 382.238.059-87

Diretora Executiva e de Relações com Investidores da Wetzel S/A desde abril 2011. Ingressou na Companhia em 1983 e vem exercendo o cargo de Diretora Executiva desde 2002. Formada em direito pela Faculdade de Direito de Joinville. Pós graduada em Gestão Empresarial pela FGV e em Direito Empresarial pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. A Sra. Márcia não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Márcia declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Susanna Bender - 304.529.539-87

Susanna Bender é Advogada, com licenciatura em Filosofia Ciências e Letras, possui mais de dez anos de experiência profissional como administradora de bens e coordenadora de processos administrativos. Atuou como Conselheira Fiscal da Companhia durante 5 (cinco) anos; é Diretora de Comunicação do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais - IEPES desde 2014 e Administradora da Empresa Beta Administradora de Bens Ltda desde 2002. Nenhuma dessas sociedades/instituições (IEPES e Beta) integram o grupo econômico da Companhia, nem são controlados por acionista da Companhia que detém, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia. A Sra. Susanna não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Susanna declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Eloi Jensen - 294.082.539-49

Sr. Eloi é Bacharel em Direito pela universidade Federal de Santa Catarina, com pós-graduação em Comércio Exterior pela Universidade de Blumenau-SC e em MBA Executivo em Gestão e Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal de Lavras - MG. Funcionário aposentado do Banco do Brasil S/A, atualmente atua como profissional independente de serviços financeiros. O Sr. Eloi não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Eloi declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

André Luís Wetzel da Silva - 421.788.439-72

André Luís Wetzel da Silva é Advogado formado pela Faculdade de Direito de Joinville e Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela FGV; está na companhia desde 1990 e foi eleito Diretor Vice-Presidente em 2002 exercendo o cargo até 2012. Em dezembro de 2012 foi eleito Diretor Presidente da Companhia e em 2014 passou a exercer também a função de Presidente do Conselho de Administração. É Diretor Adjunto da CWS Participações S/A sociedade controladora da emissora e Administrador da Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda. sociedade controlada. O Sr. André não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. André declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não há Comitês

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

12.12 - Outras informações relevantes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Não há uma política formal, mas a prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do Conselho de Administração, Diretores estatutários e não estatutários e membros do Conselho Fiscal, objetiva oferecer aos diretores, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado. O Conselho de Administração é remunerado. A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) corresponde a 10% do valor da remuneração da diretoria, de acordo com a legislação.

i. Conselho de Administração

Os Conselheiros recebem remuneração fixa, de forma igualitária, a qual é estabelecida de acordo com a legislação e padrões de mercado, além de reembolsos de todas as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício das atribuições que fora eleito. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração poderão perceber remuneração maior em razão das atribuições e responsabilidades assumidas.

ii. Diretoria

Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem remuneração fixa anual, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria não estatutária, regidos pela CLT, percebem remuneração mensal de acordo com a política de cargos e salários da Companhia, alinhada às práticas de mercado.

iii. Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada na Assembleia Geral que aprovar a sua instalação e eleger os seus membros, devendo ser respeitado o mínimo legal, ou seja, a remuneração do Conselho Fiscal em funcionamento não poderá ser inferior, para cada

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefício e participação nos lucros.

b) composição da remuneração indicando:**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Não há outros elementos de remuneração além dos salários e pró-labore – que correspondem à remuneração mensal exclusivamente.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não se aplica, pois há somente um elemento de remuneração

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Aplicação do percentual equivalente ao acordado em convenção coletiva de trabalho da categoria profissional entre o Sindicato Laboral e Patronal.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Não se aplica

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia não utiliza indicadores de desempenho na determinação da remuneração.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia não possui programa de remuneração baseado em indicadores de desempenho.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Política de remuneração alinhada às práticas de mercado.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Inexiste na Companhia remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Inexiste na Companhia remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

O Conselho de administração defini a remuneração individual dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas para pagamento da remuneração mensal dos administradores.

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não há

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não há

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	400.000,00	1.600.000,00		2.000.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Quantidade de conselheiros remunerados, não incluindo o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.			
Total da remuneração	400.000,00	1.600.000,00		2.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	121.000,00	1.131.000,00		1.252.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Quantidade de conselheiros remunerados, não incluindo o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.			
Total da remuneração	121.000,00	1.131.000,00		1.252.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,08	3,00	8,08
Nº de membros remunerados	2,00	2,08	3,00	7,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	113.000,00	1.033.000,00	52.000,00	1.198.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Quantidade de conselheiros remunerados, não incluindo o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.	Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.		
Total da remuneração	113.000,00	1.033.000,00	52.000,00	1.198.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,33	3,00	3,00	9,33
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	131.000,00	1.132.000,00	138.000,00	1.401.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.			
Total da remuneração	131.000,00	1.132.000,00	138.000,00	1.401.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável para o conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a

13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não há remuneração baseada em ações (opções exercidas e ou ações entregues) do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

31/12/2017	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
Conselho de Administração	73	0,0106	112.832	8,2239
Diretoria	442	0,0644	4.023	0,2932
Conselho Fiscal	0	0,0000	0	0,0000
Outros	685.486	99,9249	1.255.147	91,4829
Total	686.001	100,00	1.372.002	100,00

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência

A Companhia esclarece que no ano de 2017 concluiu o Processo de Retirada do Patrocínio do Plano de Previdência Complementar – WetzelPrev extensivo a todos os empregados, inclusive à Diretoria Estatutária. Em 10 de fevereiro de 2017 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar –PREVIC autorizou a Retirada por meio da Portaria Nº 126 publicada no Diário Oficial da União e após o cumprimento todas as obrigações da Companhia com seus participantes e assistidos (resgate e/ou portabilidade dos recursos do plano), em setembro de 2017, o plano foi definitivamente encerrado.

Atualmente não existe plano de previdência em vigor.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	2,00	2,08	3,00	3,00	3,00	3,33	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,08	3,00	2,00	2,00	3,33	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	617.120,00	542.640,00	423.700,00	60.320,00	56.160,00	56.160,00	17.421,60	46.116,00
Valor da menor remuneração(Reais)	513.420,00	29.025,00	351.600,00	60.320,00	56.160,00	9.360,00	17.421,60	46.116,00
Valor médio da remuneração(Reais)	565.270,00	496.867,00	377.300,00	60.320,00	56.160,00	39.300,00	17.421,60	46.116,00

Observação**Diretoria Estatutária**

31/12/2016 Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.

Conselho de Administração

31/12/2017 Número de membros remunerados não inclui o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.

Conselho Fiscal

31/12/2016 Remuneração referente período de funcionamento do CF de janeiro a maio/2016

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para o emissor)

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não houve remuneração na Controlada para membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria estatutária, que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia esclarece que as diferenças entre a proposta de remuneração para 2017 (R\$ 2.000 mil) e a remuneração efetivamente realizada no exercício (R\$ 1.252 mil), constantes do item 13.2 do FR decorreram da não correspondência entre o período da proposta (de uma AGO a outra) e o período da efetiva apuração (exercício social de 2017), pela eleição de apenas 2 (dois) membros exclusivos para o Conselho de Administração e pelo acúmulo de funções do Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração, remunerado exclusivamente pela função de Diretor.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

14.5 - Outras informações relevantes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Clube de Investimentos Sol						
01.038.051/0001-75	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2015		
Não						
0	0,000000%	238.808	17,406000%	238.808	11,604000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Eloi Jensen						
294.082.539-49	Brasileira-PR	Não	Não	18/07/2017		
Não						
0	0,000000%	107.000	7,798000%	107.000	5,199000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
CWS Participações S/A						
18.413.128/0001-42	Brasileira-SC	Não	Sim	01/10/2015		
Não						
666.955	97,223000%	271.720	19,805000%	938.675	45,611000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
BRDE Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul						
92.816.560/0001-37	Brasileira-SC	Não	Não	01/10/2015		
Não						
	0	0,000000%	297.444	21,680000%	297.444	14,453000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	19.046	2,777000%	457.030	33,311000%	476.076	23,133000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL	686.001	100,000000%	1.372.002	100,000000%	2.058.003	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CWS Participações S/A				18.413.128/0001-42	
André Luís Wetzel da Silva					
421.788.439-72	Brasileira-SC	Não	Não	29/05/2015	
Não					
1.190.784	81,458000	0	0,000000	1.190.784	40,729000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Cachoeira Arrendamentos e Armazéns Gerais Ltda					
84.685.064/0001-63	Brasileira-SC	Não	Não	29/05/2015	
Não					
0	0,000000	1.187.830	81,256000	1.187.830	40,628000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
norberto Cubas da Silva					
005.871.099-04	Brasileira-SC	Não	Não	29/05/2015	
Não					
271.056	18,542000	274.010	18,744000	545.066	18,643000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CWS Participações S/A				18.413.128/0001-42	
TOTAL					
1.461.840	100,000000	1.461.840	100,000000	2.923.680	100,000000

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15.7 - Principais operações societárias

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

15.8 - Outras informações relevantes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

16.4 - Outras informações relevantes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

17.5 - Outras informações relevantes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

18.12 - Outras informações relevantes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

20.2 - Outras informações relevantes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

21.4 - Outras informações relevantes

Companhia em Recuperação Judicial

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.